

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UEMG

Marcella Anne Muniz<sup>1</sup>

Fernanda Fernandes dos Santos Rodrigues<sup>2</sup>

Denise Dias Alves Cocco<sup>3</sup>

**RESUMO:** A Educação Ambiental e a formação docente são temáticas que demandam pesquisa, uma vez que envolvem as práticas de futuros professores responsáveis por construir e trabalhar conhecimentos nos espaços e turmas onde irão atuar. O presente trabalho objetivou verificar a existência ou não da disciplina de Educação Ambiental na matriz curricular dos cursos de licenciatura da UEMG e analisar como a Educação Ambiental é contemplada nos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciaturas em Pedagogia da UEMG. A produção de informações se deu a partir da análise de 12 Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia (11 presenciais e 01 à distancia) das unidades da UEMG. Os resultados indicaram que nos cursos que atendem à Resolução CNE 02/2012 há variação entre a carga horária destinada para os componentes que abordam a Educação Ambiental. As ementas trazem itens importantes como a abordagem de práticas pedagógicas, sustentabilidade e histórico da Educação Ambiental. Também pudemos constatar que a Educação Ambiental é trabalhada na perspectiva crítica, transformadora e emancipatória. O trabalho não esgota a possibilidade de continuidade de pesquisas envolvendo a análise de PPCs de cursos de Pedagogia da UEMG referente à Educação Ambiental, uma vez que os documentos estão passando por reformulações e mudanças podem/devem ocorrer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de professores; Matriz curricular; Ambiente.

**ABSTRACT:** Environmental Education and teacher training are themes that demand research, since they concern practices of the future teachers responsible for building and working knowledge in the spaces and classes where they will work. The present work aimed to verify the existence or not of the Environmental Education discipline in the curricular matrix of UEMG undergraduate courses and to analyze how Environmental Education is included in the Pedagogical Projects of UEMG undergraduate courses in Pedagogy. The production of information took place from the analysis of 12 Pedagogical Projects of Pedagogy Courses (11 in person and 01 remotely) from UEMG units. The results indicated that the courses comply with CNE Resolution 02/2012, that there is a variation between the hours allocated to the components that address Environmental Education. The syllabus bring important items such as the approach of pedagogical practices, sustainability, history of Environmental Education. We were also able to verify that Environmental Education is worked in a critical, transformative and emancipatory perspective. The work does not exhaust the possibility of continuing research involving the

---

<sup>1</sup> Licencianda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ituiutaba. E-mail para contato: marcella.1592952@uemg.br.

<sup>2</sup> Docente do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ituiutaba. E-mail para contato: fernanda.rodrigues@uemg.br

<sup>3</sup> Licenciada em Ciências Biológicas e especialista em Educação especial – Centro universitário Mario Palmério. E-mail para contato: denisedias09@hotmail.com

analysis of PPCs of Pedagogy courses at UEMG regarding Environmental Education, since the documents are undergoing reformulations and changes can/should occur.

**KEYWORDS:** Teacher training; Curriculum; Environment.

## INTRODUÇÃO

Os temas ambientais, como por exemplo, o desmatamento, a poluição, a extinção das espécies, as mudanças climáticas, bem como o uso insustentável e desigual dos recursos naturais são assuntos tratados há alguns anos. A seguir, enumeramos alguns acontecimentos históricos que influenciaram na inserção da Educação Ambiental no contexto educacional brasileiro.

No ano de 1975, em atendimento às orientações da Conferência de Estocolmo<sup>4</sup>, foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental e tiveram início as discussões sobre a inserção da Educação Ambiental no ensino formal de forma integrada e multidisciplinar (RAMOS, 1996).

Em 1977, aconteceu a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, realizada pela UNESCO e, nesse evento, foram elaboradas as orientações gerais para os programas educacionais, que recomendavam que a Educação Ambiental fosse trabalhada de forma interdisciplinar e permanente para todas as classes e faixas etárias (MENDONÇA, 2010).

A partir da década de 1980, alguns eventos foram determinantes para que a temática ambiental ganhasse destaque. No ano de 1987, aconteceu o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, que reforçou a necessidade de formação para profissionais atuarem nas áreas formais e não formais da Educação Ambiental e da inclusão da temática nos currículos escolares em todos os níveis de educação. No Brasil, foi publicado o Parecer CFE 226/87, que indicava a inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares da Educação Básica (SOUZA; BENEVIDES, 2005).

No ano de 1992, no Brasil, no Workshop sobre Educação Ambiental, realizado de forma concomitante à Rio-92, foi divulgada a Carta Brasileira para Educação Ambiental,

---

<sup>4</sup> Conferência de Estocolmo - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada de 5 a 16 de junho de 1972.

oficializando o primeiro documento brasileiro que objetivava apresentar diretrizes para a abordagem da temática (LIMA, 2008).

Em 1999, no Brasil, foi promulgada a Lei n.9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, que apresentou a compreensão sobre Educação Ambiental como “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

No meio acadêmico, podemos mencionar como pioneiro o evento organizado em Brasília/DF pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) intitulado de seminário “Universidade e Meio Ambiente”.

Posteriormente, outros movimentos foram realizados com o objetivo de promover as discussões referentes à Educação Ambiental, destacando a importância da Universidade e dos cursos de formação de professores. No ano de 2012, a Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. De forma complementar, foi publicado o Parecer nº 14 de 2012 do Conselho Nacional de Educação, que enumerou orientações acerca da abordagem da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

Nesse sentido, Torales (2013) ressalta o crescimento das discussões sobre Educação Ambiental enquanto política, mas pontua que, na prática, são realizadas ações esporádicas e incipientes. Além disso, indica que são necessárias práticas para a formação de professores críticos e reflexivos quanto às questões socioambientais.

Com a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, no ano de 2012, conforme Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), evidencia-se a necessidade de pensar cursos de formação de professores que oportunizem um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa (TEIXEIRA; TORALES, 2014).

Para que a Educação Ambiental seja utilizada como ferramenta de sensibilização e emancipação de alunos como sujeitos transformadores sociais, faz-se necessário compreender a maneira pela qual ocorre a formação docente e suas práticas pedagógicas.

Nessa direção, Vasconcelos et al. (2014) argumenta que muitos cursos de licenciatura têm privilegiado a formação docente voltada para a produção técnico-científica da Educação Ambiental, negligenciando as perspectivas humana e social do processo formativo dos professores. A respeito dessa lacuna, Vasconcelos e Freitas (2011) indicam

que a formação docente deve criticar essa abordagem conservadora da Educação Ambiental, considerando-a como:

[...] ciência ingênua e reducionista, que muitas das vezes têm levado a humanidade a produzir tecnologias que nem sempre visam à qualidade de vida [...] pretende tão somente o progresso tecnológico a serviço do mercado econômico que gera, nesta condição, exclusão, miséria, entre outros resultados (VASCONCELOS; FREITAS, 2011 p.5).

Conforme Demo (1999), a Educação Ambiental trabalhada nas instituições de ensino apresentam uma perspectiva conservadora, pois são sustentadas por uma concepção reducionista, despolitizada, naturalista e fragmentada. Além disso, tendem a valorizar uma leitura individualista e comportamentalista da educação e dos problemas ambientais, com baixa incorporação de princípios e práticas interdisciplinares.

Em contraposição, a perspectiva de uma Educação Ambiental crítica e transformadora evidencia a educação como um processo contínuo e coletivo, que exige “uma postura autocrítica que, ao considerar o estabelecimento de movimentos emancipatórios e transformadores das atitudes do cidadão, estabelece novas referências para a relação sociedade-natureza (RODRIGUES, 2018, p. 28)”.

Contudo, para que a Educação Ambiental se estabeleça como processo crítico e transformador, já na Educação Básica, é necessário que os professores estejam preparados para o desenvolvimento de ações e práticas interdisciplinares e que considerem o contexto de inserção socioambiental da escola (PELICIONI; CASTRO; PHILIPPI, 2014).

No contexto de degradações e impactos ambientais e das mudanças sociais e econômicas impostas pelo atual modelo de desenvolvimento econômico, o processo de formação de pedagogos ganha destaque, uma vez que serão os futuros professores responsáveis pela abordagem e discussão da temática Educação Ambiental nas escolas. Nessa perspectiva, a problemática desta pesquisa constitui-se em duas questões norteadoras: (i) *Os cursos de licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais contemplam em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) a abordagem das questões ambientais?*; (ii) *Considerando aspectos do PPC, como ementário e referências, em qual perspectiva (‘conservadora’ ou ‘crítico-transformadora’) é trabalhada a Educação Ambiental?*

Considerando o interesse da pesquisadora desse trabalho pela formação de professores para o trabalho com Educação Ambiental, esta pesquisa objetivou: (i) identificar como a Educação Ambiental é contemplada nos cursos de licenciaturas em

Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); (ii) verificar a existência ou não da disciplina de Educação Ambiental na matriz curricular dos cursos de licenciatura da UEMG e (iii) analisar como a Educação Ambiental é contemplada nos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciaturas em Pedagogia da UEMG.

## **METODOLOGIA**

O projeto teve por base a abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2006), a pesquisa qualitativa objetiva compreender:

(...) o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 22).

O papel do pesquisador é fundamental para o levantamento e análise das informações nas pesquisas de abordagem qualitativa, preocupando-se mais pelo processo do que pelo produto (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nesse sentido, as informações podem ser coletadas e analisadas de várias formas, relacionando-se com o objetivo proposto. Sobre os instrumentos utilizados para o levantamento das informações, Kripka; Scheller e Bonotto (2015) destacam que ‘para constituição de dados são geralmente utilizados: questionários, entrevistas, observação, grupos focais e análise documental (p.57).

A pesquisa teve como fonte de informações os conteúdos dos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura em Pedagogia da UEMG. Assim como Lüdke e André (2013), compreendemos que os documentos são materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação. Os documentos são construídos com uma finalidade e, em seguida, publicados para que as pessoas tenham acesso a eles. Por isso, é fundamental conhecer quem produziu e com que intenção, além disso, é necessário considerar o contexto em que foram elaborados. Para Flick, são “dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na produção de versões sobre eventos” (2009, p. 234).

Em uma pesquisa documental, o ponto de partida não deve ser o documento, mas um problema de pesquisa. Além disso, para Corsetti (2006), o pesquisador precisa atentar para a compreensão real e contextualizada dos documentos.

Para Lüdke e André (2013), a realização da análise documental envolve várias etapas, à saber: estudar, caracterizar, codificar e analisar o(s) documento(s).

Para realização desse projeto, foram analisados os Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais. Os documentos foram baixados e arquivados para análise das informações referentes à disciplina de Educação Ambiental.

O curso de licenciatura em Pedagogia é ofertado na modalidade presencial em 11 (onze) unidades da UEMG e, na modalidade à distância, em 2 (duas) unidades (Quadro 1). Os Projetos Pedagógicos atualizados estão disponíveis digitalmente (Apêndice I). A busca pelos documentos foi realizada no mês de agosto do ano de 2020. É importante destacar que os cursos estão passando por revisão dos Projetos Pedagógicos e as mudanças podem contemplar a disciplina de Educação Ambiental.

**Quadro 1:** Unidades e modalidades de licenciatura em Pedagogia da UEMG

| <b>Curso</b> | <b>Modalidade</b> | <b>Cidade</b>   |
|--------------|-------------------|-----------------|
| PEDAGOGIA    | PRESENCIAL        | Belo Horizonte  |
|              |                   | Barbacena       |
|              |                   | Carangola       |
|              |                   | Cláudio         |
|              |                   | Campanha        |
|              |                   | Divinópolis     |
|              |                   | Ibirité         |
|              |                   | Ituiutaba       |
|              |                   | Leopoldina      |
|              |                   | Passos          |
|              |                   | Poços de Caldas |
|              | DISTÂNCIA         | Ibirité         |
|              |                   | Belo Horizonte  |

As análises dos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura em Pedagogia contemplaram a identificação de disciplinas com o título de ‘Educação Ambiental’ ou

outra nomenclatura que envolva a temática; também foram verificadas a carga horária da disciplina; a ementa e as referências. Pretendemos, a partir dessas análises, identificar se e como a Educação Ambiental é contemplada nos cursos de licenciatura em Pedagogia da UEMG, e em qual perspectiva é trabalhada a Educação Ambiental.

Para busca e análise das informações, foi realizada a leitura atenta, cuidadosa e também foram feitos destaques nos Projetos Pedagógicos de Curso, atentando-se especialmente para a matriz curricular e os ementários das disciplinas que abordavam a temática ambiental.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade do Estado de Minas Gerais oferece a graduação presencial em Pedagogia em 11 (onze) cidades, e em 02 (duas) dessas cidades também oferta a graduação à distância, totalizando uma quantidade de 13 cursos de Pedagogia (Quadro 1). No entanto, para análise, tivemos acesso a 12 (doze) Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), pois, no período em que os arquivos foram baixados, o PPC de Pedagogia, da unidade Ibirité na modalidade à distância não estava disponível. Ressaltamos que os cursos da UEMG estão fazendo a revisão e reformulação dos PPCs e, provavelmente por esse motivo, o documento de Ibirité não estava disponível no momento de coleta de informações.

O PPC é um instrumento importante para estruturação dos cursos superiores, pois contém os objetivos, as metodologias, a forma de avaliação, as metas, as diretrizes, os ementários de disciplinas e a distribuição das disciplinas durante o tempo de duração do curso. Além disso, Iglesias e Costa (2018) afirmam que o PPC:

(...) reflete o pensamento dos que atuam nas IES e devem efetivar o que nele foi projetado. Isso implica diversos fatores, entre eles: a associação entre a teoria e a prática, o ensino e a pesquisa e a fundamentação teórica e prática como suporte indispensável nas compreensões e reflexões sobre a prática pedagógica na futura atuação do profissional pedagogo (p.368).

Por isso, se faz necessário manter o PPC atualizado e publicizado, permitindo que consultas e esclarecimentos de dúvidas possam ser feitas a partir da leitura do documento. Também é fundamental que o PPC seja elaborado de forma articulada com as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Apresentamos, a seguir, no Quadro 2, algumas informações sobre os cursos de Pedagogia ofertados pela UEMG dos quais fizemos a análise do PPC.

**Quadro 2.** Informações sobre os cursos de Pedagogia da UEMG

| <b>Modalidade</b> | <b>Unidade</b>  | <b>Turno</b>                      | <b>Número de vagas</b> | <b>Duração</b> |
|-------------------|-----------------|-----------------------------------|------------------------|----------------|
| Presencial        | Barbacena       | Noturno                           | 80                     | 4 anos         |
|                   | Campanha        | Noturno                           | 40                     | 4 anos         |
|                   | Carangola       | Noturno                           | 40                     | 4 anos         |
|                   | Cláudio         | Noturno                           | 40                     | 4 anos         |
|                   | Divinópolis     | Matutino<br>Vespertino            | 80                     | 4 anos         |
|                   | Belo Horizonte  | Matutino<br>Vespertino<br>Noturno | 240                    | 4 anos         |
|                   | Ibirité         | Matutino<br>Noturno               | 160                    | 4 anos         |
|                   | Ituiutaba       | Noturno                           | 40                     | 4 anos         |
|                   | Leopoldina      | Noturno                           | 40                     | 4 anos         |
|                   | Passos          | Noturno                           | 40                     | 4 anos         |
|                   | Poços de Caldas | Noturno                           | 80                     | 4 anos         |
| Distância         | Ibirité         | Não se aplica                     | 210                    | 4 anos         |
|                   | Belo Horizonte  | Não se aplica                     | 470                    | 4 anos         |

O curso de Pedagogia é ofertado em 11 cidades das 16 que possuem unidades da UEMG. Esse número cidades e a quantidade de vagas ofertadas nos permite compreender a amplitude e significância da instituição para a formação de pedagogos.

Destacamos a prevalência de oferta de cursos no período noturno (10 cidades) e salientamos que essa informação vai ao encontro da pesquisa de Leite e Lima (2010), em que analisaram 1.424 cursos de pedagogia no Brasil e constataram que a maioria dos cursos é oferecida no período noturno.

Quando iniciamos nossa busca nos 12 PPCs, identificamos apenas 07 cursos que possuem na grade curricular a disciplina intitulada Educação Ambiental, cujas unidades



são as de: Barbacena (6º período); Cláudio (optativa); Divinópolis (optativa); Ibité (1º período); Leopoldina (5º período); Poços de Caldas (8º período); Passos (optativa). Nos cursos de Leopoldina e Poços de Caldas o nome integral da disciplina é, respectivamente, ‘Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável’ e ‘Educação Ambiental e Sustentabilidade’.

Nas unidades de Campanha, Carangola e Belo Horizonte (modalidade presencial e à distância), os PPCs possuem disciplinas para abordar as temáticas de Educação Ambiental, mas os nomes das disciplinas não apresentam o termo. Como podemos observar, na unidade de Campanha, a disciplina é intitulada ‘Educação para a Cidadania: Diversidade, Direitos Humanos e Sustentabilidade’; na unidade de Carangola, a disciplina é intitulada ‘Educação para direitos humanos, sociedade, meio ambiente e sustentabilidade’; na unidade de Belo Horizonte (modalidade presencial), a disciplina é intitulada ‘Tópicos especiais em: filosofia, ética e meio ambiente’.

Também podemos enumerar as unidades que não possuem disciplinas específicas, mas aborda a temática ambiental em outros componentes curriculares, como: na unidade de Ituiutaba, em que o tema é abordado na disciplina de ‘Conteúdo e Metodologia de Ciências II’ (8º período) e em Belo Horizonte (modalidade à distância) na disciplina de ‘Metodologias das Ciências da Natureza: Sustentabilidade e Meio Ambiente’.

Em algumas unidades, além da disciplina específica destinada à Educação Ambiental, também observamos a abordagem da temática em outras disciplinas da grade curricular, como em Barbacena, na disciplina de ‘Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências’; em Carangola, na disciplina de ‘Metodologia de Ciências’; em Cláudio, nas disciplinas de ‘Conteúdo e Metodologia de Ciências II’ e ‘Conteúdo e Metodologia de Geografia II’; em Divinópolis, nas disciplinas de ‘Conteúdo e Metodologia de Ciências II’ e ‘Conteúdo e Metodologia de Geografia II’; em Belo Horizonte, na modalidade presencial, nas disciplinas de ‘Ciências da Natureza- conteúdos e metodologias na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental – NFVI’ e ‘Educação e Tecnologia- mídias e educação-NFVII’.

A Educação Ambiental se tornou componente curricular obrigatório para os cursos de licenciatura no Brasil com a publicação da Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Sobre a organização curricular, a resolução orienta:

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos (BRASIL, 2012, p.5).

A partir da análise dos PPCs disponíveis, observamos que todos os cursos atendem à Resolução CNE/CP nº 2/2012, inserindo a Educação Ambiental como componente curricular. No entanto, a forma de inserção acontece como disciplina específica ou como conteúdo em disciplinas existentes. Destacamos também o fato de algumas unidades (Carangola, Claudio, Divinópolis, Belo Horizonte e Leopoldina) inserirem a temática em mais de uma disciplina e, em especial, no componente de Ensino de Ciências. A unidade de Divinópolis também contempla a Educação Ambiental na disciplina voltada para o Ensino de Geografia.

Outro item observado nos PPCs foi a carga horária destinada às disciplinas que contemplam a Educação Ambiental, quando encontramos variações entre 72hs (4 horários semanais) nas unidades de Barbacena, Carangola, Campanha, Leopoldina; 54hs (3 horários semanais) nas unidades de Claudio e Divinópolis; 36hs (2 horários semanais) na unidade de Poços de Caldas e, apenas, uma com 18hs (1 horário semanal) na unidade de Ibirité.

Acreditamos que as disciplinas com carga horária reduzida (de 18hs e 36hs) não sejam suficientes para desenvolver discussões que orientem a compreensão integrada do ambiente em suas múltiplas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Com relação às ementas dos PPCs analisados, percebemos que estas apresentam aproximações como, por exemplo, a questão da ‘sustentabilidade’ contida no ementário das unidades de Campanha, Belo Horizonte (modalidade presencial e à distância), Ituiutaba e Poços de Caldas.

Ainda com relação às ementas, merece destaque a preocupação com a proposição de ‘práticas pedagógicas’ no espaço escolar, como pode ser identificado nos ementários das unidades de Barbacena, Claudio, Divinópolis, Ibirité e Ituiutaba. A respeito disso, Reigota (1998) destaca que é imprescindível que os cursos de formação de professores

dediquem-se em fomentar a discussão e construção de práticas pedagógicas que possam ser aplicadas no espaço escolar.

Outro ponto importante encontrado em algumas ementas é o histórico da Educação Ambiental, como foi identificado nos documentos das unidades de Barbacena, Claudio, Carangola, Divinópolis, Ibirité, Ituiutaba, Poços de Caldas e Passos. Acreditamos que é imprescindível esse resgate histórico da Educação Ambiental, no sentido de que os professores em formação possam compreender a sucessão de acontecimentos que fizeram emergir as temáticas ambientais para o espaço escolar e como essa discussão precisa ocupar lugar de destaque.

Para Ferreira, Pereira e Borges (2013) se faz necessário garantir uma formação de professores dos anos iniciais que aborde a Educação Ambiental, incluindo a contextualização histórica da efetivação da temática.

A temática ‘transversalidade’ aparece apenas em ementas de 2 (duas) unidades, Barbacena e Campanha. Entendemos que contemplar a transversalidade é um ponto essencial nos cursos de formação de professores, pois permite o entendimento que a Educação Ambiental não pode ser trabalhada de forma fragmentada, isolada e pontual.

Segundo Rodrigues (2018), existe uma demanda

inerente à proposta de um currículo de formação docente compromissado com a dimensão social, em que a questão ambiental não está configurada em áreas ou disciplinas, mas na multiplicidade de saberes adquiridos nas experiências em sociedade e com repercussão direta no cotidiano (p.140).

A necessidade de inserir a Educação Ambiental de forma transversal nos PPCs é reforçada quando consultamos os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997). Esses documentos apresentam diretrizes para a educação básica e coloca a Educação Ambiental como tema transversal, que deve proporcionar aos alunos a transformação da consciência quanto à problemática ambiental. Além disso, indica que a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma permanente, contínua e contextualizada, estabelecendo relações entre aspectos culturais, políticos, sociais e educacionais.

Quanto às listas de referências básicas e complementares, enumeradas nas disciplinas que abordam a Educação Ambiental, percebemos que estas trazem obras e autores relevantes e pertinentes às ementas. No entanto, é necessária uma atualização das obras quanto às edições e novas publicações.

Cabe, portanto, destacar que essa atualização das obras não depende apenas dos professores responsáveis pelas disciplinas. O processo para aquisição de obras depende de disponibilidade de recursos da instituição, que na maioria das vezes se torna um processo burocrático e demorado.

Para encerrar a análise dos PPCs dos cursos de Pedagogia, queremos caracterizar a perspectiva de abordagem da Educação Ambiental pretendida pelos documentos disponibilizados.

Considerando as ementas e as referências, acreditamos que a Educação Ambiental indica o desenvolvimento das disciplinas na perspectiva transformadora, crítica e emancipatória. Concordamos com LEFF (2001), CARVALHO (2012), LOUREIRO; LAYRARGUES (2013) que destacam que a Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória exige trabalho que parte de princípios sobre conhecimentos históricos, cotidianos e a compreensão das relações sociedade-natureza.

Ainda que percebemos a indicação de um trabalho acerca da Educação Ambiental na perspectiva transformadora, crítica e emancipatória, gostaríamos de ressaltar que alguns tópicos importantes poderiam ser contemplados/reforçados nas ementas como a relação entre Educação Ambiental-Justiça Social-Desigualdade e a transversalidade, reforçando a necessidade de atividades permanentes, contínuas, integrativas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os objetivos desse trabalho foram alcançados, uma vez que conseguimos verificar a existência ou não da disciplina de Educação Ambiental na matriz curricular e como é contemplada nos PPCs dos cursos de Pedagogia da UEMG.

O trabalho indica que os cursos de Pedagogia da UEMG atendem a Resolução CNE 02/2012 sobre as diretrizes para Educação Ambiental. Além disso, percebemos o movimento de algumas unidades trabalharem a temática de forma transversal e na perspectiva crítica, transformadora e emancipatória.

Sabemos que nosso trabalho poderia ter desdobramentos e resultados complementares caso pudéssemos acompanhar como se efetiva as disciplinas nos cursos de Pedagogia das unidades da UEMG.

A presente pesquisa não esgota a possibilidade de continuidade de trabalhos envolvendo a análise de PPCs de cursos de Pedagogia referente à Educação Ambiental, uma vez que os documentos estão passando reformulações e mudanças podem/devem ocorrer.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 116, seção 1, p. 70, 18 jun. 2012.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República do Brasil**, Brasília (DF), 28 de abril de 1999. Seção 1, p.1.

BRASIL. Ministério de Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - Temas Transversais. **Secretaria de Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

CORSETTI, B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, **UNIrevista**, v.1, n.1, 2006, p. 32-46.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, J. E.; PEREIRA, S. G.; BORGES, D. C. S. A Importância da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**. São Gotardo, n.7, v. , jan-jun 2013, p. 104-119.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

IGLESIAS, S. L. S.; COSTA, M. L. F. Análise dos PPC dos cursos de pedagogia ofertados pelo sistema UAB na região sul do Brasil: indicativos de oferta e adesão ao sistema UAB. **Revista Educação em Perspectiva**. Viçosa - MG, v.9, n.2, p.363-380, maio/ago. 2018.

KRIPKA, M. R. L.; SCHELLE, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

LEITE, Y. U. F.; LIMA, V. M. M. Cursos de pedagogia no Brasil: o que dizem os dados do Inep/MEC? **Ensino em Re-vista**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 69-93, jan./jun. 2010. Dossiê formação de professores.

LIMA, V. A. de. O meio ambiente em evidência – a interface das atividades desenvolvidas no NOEP 3. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v.7, n.1, p. 1-6, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa Em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 2013.

MENDONÇA, E. M. B. de. **As representações sociais de alunos do ensino fundamental sobre meio ambiente e a questão ambiental nos livros didáticos de geografia**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

MINAYO, M. C. de S. Fase de trabalho de campo. In: \_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

PELICIONI, M. C. F.; CASTRO, M. L.; PHILIPPI JR., A. A universidade formando especialistas em educação ambiental. In: PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. (Orgs.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2014.

RAMOS, E. C. **Educação Ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais. Uma avaliação crítica**. 1996. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Paraná, Paraná, 1996.

RODRIGUES, F. F. S. **Educação Ambiental na Perspectiva da Produção de Sentido sobre Justiça Social e Cidadania: representações sociais de licenciandos e professores de Biologia**. 2018. 170f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SOUZA, J. N. S. de; BENEVIDES, R. C. A. Educação Ambiental Para o Desenvolvimento Sustentável e o Comprometimento das Universidades/Faculdades do Município do Rio de Janeiro, RJ. **Anais... II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT** 2005.

TEIXEIRA, C; TORALES, M. A. A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, Edição Especial n. 3, 2014, p. 127-144.

TORALES, M. A. A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar à ação educativo-comunitária como compromisso político-pedagógico. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande/RS, v. especial, p. 1-17, mar. 2013.

VASCONCELOS, E. R.; FREITAS, N. M. S. Discursos de professores sobre a Amazônia: implicações para o ensino de Ciências. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 8; Congresso Iberoamericano de Investigación en Enseñanza de las Ciencias, 1, 2011, Campinas, São Paulo. **Atas...** Disponível em: <http://adaltech.com.br/testes/abrapec/listaresumos.htm>. Acesso em: 20 de março de 2017.

VASCONCELOS, E. R.; FREITAS, N. M. S.; FERREIRA, D. T.; VALENTE, J. A. S.; FREITAS, N. M. S. Educar para a justiça social e ambiental: que questões pensar no contexto do ensino e da formação de professores de Ciências?. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 14, n. 2, p. 245-254, 2014.

VASCONCELOS, E.R.; FREITAS, N.M.S. Discursos de professores sobre a Amazônia: implicações para o ensino de Ciências. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 8; Congresso Iberoamericano de Investigación em Enseñaza de las Ciencias, 1, 2011, Campinas, São Paulo. **Atas...** Disponível em: <http://adaltech.com.br/testes/abrapec/listaresumos.htm>. Acesso em: 20 de março de 2017.